

Como preencher estas condições especiais:

Onde se vê < ... >, introduza as informações pertinentes para as condições especiais. Os parêntesis rectos [] e as partes sombreadas a cinzento indicam opções a escolher: devem ser suprimidas quando aplicáveis, mas não devem ser alteradas. Todas as outras partes destas instruções normalizadas devem ser mantidas inalteradas.

Note-se que as condições especiais prevêm os desvios permitidos em relação às condições gerais. A utilização de outros desvios às condições gerais exige a concessão de uma exceção pelos serviços competentes da Comissão Europeia.

Não se esqueça de eliminar este parágrafo e todos os parêntesis rectos e pontiagudos na versão final das condições especiais.

VOLUME 2

SECÇÃO 3 CONDIÇÕES ESPECIAIS

ÍNDICE

As presentes condições completam e complementam as condições gerais que regem o contrato. Salvo disposição em contrário das condições especiais, as condições gerais continuam a ser plenamente aplicáveis. A numeração dos artigos das condições especiais não é consecutiva, seguindo a numeração das condições gerais. A título excecional, e com a aprovação dos serviços competentes da Comissão Europeia, podem ser indicadas outras cláusulas para cobrir situações particulares.

Valor do contrato

A entidade adjudicante compromete-se a pagar ao empreiteiro, em contrapartida da execução e conclusão das obras e da correção das suas deficiências, o montante do valor do contrato mencionado no artigo 2.º das Condições Principais ou qualquer outro montante que possa ser devido ao abrigo das disposições do Contrato, nos prazos e de acordo com as modalidades previstas no contrato. O IVA será pago em conformidade com os regulamentos vinculativos, a legislação nacional e os acordos internacionais relativos à execução do projeto.

O montante do valor do contrato mencionado no artigo 2 das Condições Principais é composto por:

- Preço do contrato (excluindo IVA/outros impostos) MZN < >
- IVA e outros impostos MZN < >

Ordem de precedência dos documentos do contrato

Consideram-se parte integrante do presente contrato os seguintes documentos, que devem ser lidos e interpretados pela seguinte ordem de precedência:

- (a) As condições principais
- (b) As condições especiais,
- (c) as condições gerais,

- (d) Suprimir se não for aplicável: [o mapa de quantidades (após correções aritméticas) e a discriminação pormenorizada dos preços] [a discriminação do preço global],
- (e) As especificações técnicas e/ou de desempenho,
- (f) A documentação relativa ao projeto (desenhos),
- (g) quaisquer outros documentos que façam parte do contrato.

Os diferentes documentos que compõem o contrato consideram-se mutuamente explicativos; em caso de ambiguidade ou divergência, prevalecem pela ordem em que aparecem acima. As adendas têm a ordem de precedência do documento que alteram.

Artigo 2 Língua do contrato

2.1 A língua utilizada será o português.

Artigo 4 Comunicação

4.1 Detalhes de Comunicação.

4.5 & 4.6 Comunicação por correio ou e-mail

As comunicações serão enviadas por e-mail ou, excecionalmente, em papel, através dos serviços de correio, para os seguintes endereços.

Para efeitos do presente contrato, as comunicações por correio ou correio eletrónico devem ser enviadas para os seguintes endereços:

Entidade adjudicante:

[Nome completo]
[Endereço oficial completo]
[Email: [completar]]

O Contratante

[Nome completo]
[Função]
[Nome da empresa]
[Endereço oficial completo]
Email: [completar]

Artigo 5 Supervisor e representante do supervisor

- 5.2 < Especificar os recursos de que dispõe o supervisor do projeto e o seu representante. >
- 5.3 < Especificar os poderes do supervisor do projeto e do seu representante. >
- 5.4 < Especificar as modalidades práticas das ordens administrativas. >

[Artigo 7 Subcontratação

[Apenas para as autorizações financiadas por um ato de base ao abrigo do QFP 2014-2020:

[FED unicamente:

- 7.3 Na seleção dos subcontratantes, o contratante dará preferência às pessoas singulares, sociedades ou empresas de Estados ACP que tenham capacidade para executar as tarefas exigidas em condições idênticas.]

Artigo 8 Documentos a fornecer

- 8.1 <Indicar os documentos a facultar pela entidade adjudicante e pelo supervisor ao contratante e o procedimento a utilizar, se necessário, para facultar esses documentos.>

Artigo 9 Acesso ao local da obra

- 9.1 Recorda-se o contratante que existe um chefe da delegação da União Europeia no Estado da entidade adjudicante. O contratante deve permitir ao chefe da delegação livre acesso ao local de construção, fábricas, oficinas e outros sítios, e, de um modo geral, prestar-lhe assistência, bem como ao supervisor do projeto, no exercício das suas funções. As disposições anteriores são igualmente aplicáveis aos representantes designados pelo chefe da delegação.

Deve ser enviada cópia de toda a correspondência trocada entre o contratante e a entidade adjudicante ou o supervisor do projeto, para informação, ao chefe da delegação da Comissão Europeia, para o seguinte endereço administrativo:

<Indicar o endereço oficial.>

Artigo 12 Obrigações gerais

- 12.9 <Indicar as atividades específicas a implementar pelo contratante para dar cumprimento à sua obrigação mínima em matéria de visibilidade e, se for caso disso, quaisquer outras atividades de comunicação acordadas pela Comissão Europeia. Estas atividades devem cumprir os mais recentes requisitos de comunicação e visibilidade das ações externas da União Europeia, elaborados e publicados pela Comissão Europeia.>

Artigo 15 Garantia de boa execução

- 15.1 O montante da garantia de execução é de <especificar percentagem entre 5 % e 10 %> do valor do contrato e das suas eventuais adendas.

Para montantes iguais ou inferiores a 345 000 EUR, a autoridade contratante pode decidir não exigir tal garantia, com base em critérios objetivos, como o tipo e o valor do contrato.

[Tratando-se de alguns contratos específicos, e com base em critérios objetivos como o tipo, a duração e o valor do contrato, pode ser aditada a seguinte cláusula:

- 15.8 No prazo de 60 dias a contar da emissão do certificado de receção provisória, em conformidade com o disposto no artigo 60.1, e da conclusão de eventuais trabalhos por executar ou da eliminação de motivos de reservas, podem ser liberados <especificar percentagem entre 0 % e 100 %> do montante da garantia de execução.]

Artigo 16 Responsabilidade e seguro

- 16.1 a) < Indicar os eventuais requisitos específicos de responsabilidade por danos causados às obras > Se considerar necessário fixar um limite diferente do referido nas condições gerais, acrescente a seguinte cláusula:

«Em derrogação do disposto no artigo 16.1, alínea a), segundo parágrafo, das condições gerais, a compensação por danos causados às obras abrangidos pela responsabilidade do

contratante perante a entidade adjudicante está limitada a um montante equivalente a <inserir um montante que pode ser um múltiplo ou uma fração do valor do contrato>. »]

- 16.1 b) <Especificar aqui os eventuais requisitos específicos da responsabilidade por danos causados à entidade adjudicante > [Se considerar necessário fixar um limite diferente do referido nas condições gerais, acrescente a seguinte cláusula :

«Em derrogação do disposto no artigo 16.1, alínea b), segundo parágrafo, das condições gerais, a indemnização por danos causados imputáveis à responsabilidade do contratante perante a entidade adjudicante está limitada a um montante equivalente a <inserir um montante que pode ser um múltiplo ou uma fração do valor do contrato>. »]

- 16.2 a) Primeiro parágrafo < Indicar eventuais requisitos específicos relativos ao momento em que deve ser apresentada a prova da celebração de um seguro adequado > [Se considerar necessário estabelecer condições distintas relativas a esse momento, acrescente a seguinte cláusula:

«Em derrogação do disposto no artigo 16.2, alínea a), primeiro parágrafo, das condições gerais, <indicar o momento em que>, o contratante deve garantir que ele próprio, o seu pessoal, os seus subcontratantes e qualquer pessoa pela qual é responsável estão devidamente segurados junto de seguradoras reconhecidas no mercado internacional de seguros, a menos que a entidade adjudicante tenha dado o seu consentimento escrito expresso relativamente a uma seguradora específica.]

- 16.2 a) Segundo parágrafo < Indicar eventuais requisitos específicos relativos ao momento em que deve ser apresentada a prova da celebração de um seguro adequado > [Se considerar necessário estabelecer condições distintas relativas a esse momento, acrescente a seguinte cláusula :

Em derrogação do disposto no artigo 16.2, alínea a), segundo parágrafo, das condições gerais, <indicar o momento em que> o contratante deve apresentar à entidade adjudicante e ao supervisor todas as notas de cobertura e/ou certificados de seguro que atestem que cumpriu plenamente as suas obrigações em matéria de seguro.]

Artigo 17 Programa de implementação das tarefas

<Indicar eventuais requisitos específicos. >

Artigo 19 Planos e estudos de execução do contratante

- 19.1 < Indicar quaisquer outros requisitos aplicáveis aos planos pormenorizados a elaborar pelo contratante e a apresentar para aprovação pelo supervisor, os prazos, os procedimentos para a sua aprovação e os requisitos relativos a eventuais manuais. >

- 19.7 < Indicar se a língua dos manuais e desenhos pode ser diferente da língua do contrato. >

Artigo 20 Suficiência dos preços da proposta

<Indicar quaisquer disposições adicionais relativas ao âmbito da proposta do contratante.>

Artigo 21 Riscos excepcionais

- 21.4 < Especificar eventuais condições meteorológicas excepcionais. >

Artigo 24 Interferência com o trânsito

- 24.1 < Indicar as autorizações que sejam eventualmente necessárias para encerrar o trânsito nas vias de comunicação. >
- 24.2 < Indicar as eventuais medidas especiais exigidas ao contratante no que respeita ao trânsito no local da obra ou nas zonas circundantes. >

Artigo 27 Materiais de demolição

- 27.2 < Indicar se os materiais de demolição se tornam propriedade da entidade adjudicante. >
- 27.4 < Indicar quem deve remover os materiais de demolição se não for o contratante. >

Artigo 29 Obras temporárias

- 29.2 < Indicar se a conceção de determinadas obras temporárias é da responsabilidade da entidade adjudicante. >

Artigo 30 Estudos geotécnicos

- 30.1 < Se necessário, indicar as modalidades de execução dos estudos geotécnicos. >

Artigo 32 Patentes e licenças

- 32.1 < Indicar se existe ou não uma derrogação ao artigo 32.º das condições gerais. >

Artigo 34 Período de implementação das tarefas

- 34.1 < Indicar o(s) período(s) de implementação das tarefas: número de meses em algarismos e por extenso >

O período de execução das tarefas é de [número] meses.

Artigo 36 Atrasos na implementação das tarefas

- 36.1 < Indicar o montante da indemnização por dia de atraso e o montante máximo da indemnização acumulado; 1/1000 do valor do contrato por dia de atraso até ao limite de 20 % do valor total do contrato ou 100 000 EUR por dia de atraso até ao limite de 10 000 000 EUR. >

[Caso contrário, introduzir as seguintes disposições relativas ao incumprimento:

A indemnização devida pelo atraso na conclusão dos trabalhos é fixada em 0,1 % do valor do contrato por cada dia ou parte do dia decorrido entre o termo do prazo de implementação das tarefas e a data da efetiva conclusão da obra, até ao limite máximo de 10 % do valor do contrato ou, se o contrato estiver subdividido em fases, 10 % do montante correspondente a essa fase.]

Artigo 39 Livro de obra

- 39.1 < Indicar se é exigido o livro da obra. Em caso afirmativo, definir os aspetos práticos. >
- 39.2 < Especificar as regras técnicas para a elaboração das declarações. >

Artigo 40 Origem e qualidade da obra e dos materiais

- 40.1 Orçamento geral da União para os concursos no âmbito do quadro financeiro plurianual 2014-2020 ao abrigo do Regulamento de Execução Comum + FED: Contudo, os produtos a adquirir podem ter origem em qualquer país, sempre que o preço total da quantidade estimada desses produtos, tal como refletido num item distinto de

[para contratos por preços unitários Mapa de quantidades de trabalhos (Volume 4.3.2)]

[para contratos de montante fixo Discriminação do preço global (Volume 4.2.3)]

seja inferior a 100 000 EUR.

Uma categoria de produtos similares a adquirir não deve ser repartida por mais de 1 item de [para contratos por preços unitários: mapa de quantidades de trabalhos (volume 4.3.2)] [para contratos de montante fixo: discriminação do preço global (Volume 4.2.3)]

Neste contexto, por «origem» entende-se o local onde os produtos são extraídos, cultivados, produzidos ou fabricados e/ou a partir do qual os serviços são prestados. A origem dos produtos deve ser determinada em conformidade com o Código Aduaneiro da UE ou com o acordo internacional aplicável.

[FED: Nos produtos originários da UE incluem-se os produtos originários dos países e territórios ultramarinos.]

<Especificar qualquer derrogação autorizada às regras de origem>

No caso das importações, qualquer alteração da origem indicada deve ser comunicada ao supervisor do projeto e por este aprovada.

- 40.2 As obras e objetos, aparelhos, equipamentos ou materiais utilizados na sua construção têm de cumprir:

(*) as seguintes especificações <indicar as especificações.>

(*) os requisitos de <indicar os documentos técnicos de que constam os requisitos.>

- 40.3 <Especificar se é necessária uma receção técnica preliminar e as condições que regem a sua execução.>

Artigo 41 Inspeções e ensaios

<Especificar os locais a inspecionar e a testar em conformidade com o artigo 41 das condições gerais e as disposições práticas para os ensaios.>

Artigo 43 Propriedade dos equipamentos e dos materiais

- 43.2 <Indicar se o equipamento, as estruturas temporárias, as instalações e os materiais existentes no local pertencem à entidade adjudicante nos termos do artigo 43 das condições gerais e do (s) instrumento (s) jurídico (s) utilizado (s).>

Artigo 44 Princípios gerais para os pagamentos

- 44.1 Os pagamentos serão efetuados em [EUR] [<moeda nacional>unicamente em caso de gestão indireta].
- 44.2 Se forem apresentadas faturas à entidade adjudicante, o contratante deve informar a Comissão Europeia do facto, enviando uma cópia para <indicar o endereço da delegação caso se recorra a esta opção>.

- 44.5 [O contratante (incluindo cada membro do grupo em caso de consórcio) tem uma dívida pendente para com a União¹: qualquer pagamento pode ser deduzido das dívidas pendentes de qualquer membro do consórcio].

Artigo 46 Pré-financiamento

- 46.1 <Indicar se o pré-financiamento é possível

- 46.2 <Indicar o montante total do pré-financiamento. Note-se que, tratando-se do montante do adiantamento, o montante total do pré-financiamento não pode exceder 10 % do valor inicial do contrato; relativamente aos restantes pré-financiamentos, não pode exceder 20 % daquele valor).>

[Se o pré-financiamento for possível: O pagamento do primeiro pré-financiamento não está sujeito à receção de uma fatura e não é necessária qualquer fatura. Se a utilização do sistema de intercâmbio eletrónico previsto no n.º 4 do artigo 4.º das condições especiais não estiver activada, o contratante deve enviar uma fatura relativa ao pagamento do pré-financiamento. Caso contrário, o pagamento do primeiro pré-financiamento não está sujeito à receção de uma fatura e não é exigida qualquer fatura].

- 46.3 (c) [Inserir uma das seguintes frases nos seguintes casos:

[se o preço total do contrato for inferior a 60 000 EUR:]

[Em derrogação do disposto no artigo 46.3, alínea c), das condições gerais, não é exigida uma garantia de pré-financiamento.]

[se o preço total do contrato for superior a 60 000 EUR:]

[Quando i) o pré-financiamento pedido for igual ou inferior a 300 000 EUR e ii) a entidade adjudicante não exigir uma garantia financeira na sequência de uma avaliação do risco, em derrogação ao disposto no artigo 46.3, alínea c), das condições gerais, não é exigida uma garantia de pré-financiamento.]

- 46.8 O reembolso dos pré-financiamentos assumirá a forma de deduções com base em declarações mensais.

- a) O reembolso do pré-financiamento fixo (máximo 10 %) será efetuado através de dedução nas prestações contratuais de pagamento e, se necessário, no saldo devido ao contratante. Este reembolso começa com o pagamento da primeira prestação contratual e deverá estar concluído, o mais tardar, quando tiverem sido pagos 80 % do valor do contrato.

O reembolso é efetuado na moeda utilizada para o pré-financiamento.

O cálculo do montante das deduções é efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{Va \times D}{Vt \times 0.8}$$

na qual:

R = montante a reembolsar

Va = montante total do pré-financiamento concedido

Vt = montante inicial do contrato

D = montante da prestação contratual.

O resultado é expresso com uma aproximação de duas casas decimais e arredondado ao algarismo superior.

¹ A declaração sob compromisso de honra ou a lista de devedores confirmam a dívida constituída à União.

- b) O reembolso do pré-financiamento para as instalações, maquinaria e ferramentas – assim como do pré-financiamento para outras despesas de arranque importantes (20 % no máximo) – é efetuado através da dedução nas prestações contratuais de pagamento e, se necessário, no saldo devido ao contratante. O reembolso começa com o pagamento da primeira prestação e termina, o mais tardar, quando tiverem sido pagos 90 % do valor do contrato.

O cálculo do montante das deduções é efetuado de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = \frac{Va \times D}{Vt \times 0.9}$$

na qual:

R = montante a reembolsar

Va = montante total do pré-financiamento concedido

Vt = montante inicial do contrato

D = montante da prestação contratual.

Artigo 47 Montantes da retenção

- 47.1 <Indicar as modalidades de retenção da garantia. Normalmente, o montante a reter, de cada pagamento intercalar, como garantia do cumprimento das obrigações do contratante no decurso do período de validade da garantia corresponde a 10 % de cada prestação.>

Artigo 48 Revisão de preços

Devem ser revistos os preços dos contratos:

- cujo valor seja superior a 5 000 000 EUR (excluído o IVA) e/ou
- cuja duração seja superior a 1 ano

Conforme explicado infra, o cálculo para a revisão dos preços é efetuado com base no coeficiente de ponderação dos fatores de produção que compuseram o valor do contrato. Esses coeficientes são estabelecidos de acordo com a discriminação pormenorizada dos preços (volume 4 do processo de concurso). Caso não seja pedida a discriminação pormenorizada dos preços durante o processo de concurso, a autoridade contratante pode utilizar a sua própria fórmula estabelecida para a revisão dos preços.

- 48.1 Considerar se á que os preços constantes da proposta do contratante foram estabelecidos nas condições económicas em vigor 30 dias antes da última data fixada para a apresentação das propostas (data de referência = <especificar a data de referência (mm/aa)>). Se se verificar uma alteração das condições económicas no decurso das obras, a nota de pagamento intercalar mensal será ajustada através da aplicação das fórmulas de revisão, em conformidade com o disposto no artigo 48.2.
- 48.2 A revisão dos preços será calculada através da combinação da aplicação de: a) uma fórmula monomaterial e b) uma fórmula proporcional, como a seguir indicado:
- a) A fórmula monomaterial será aplicada aos preços unitários a seguir indicados do mapa das quantidades:
- < especificar o preço unitário (n.º, material a rever) >
 - < especificar o preço unitário (n.º, material a rever) >

Os preços unitários a que se aplica a fórmula monomaterial devem ser escolhidos de entre os que incluem um material (ou fator de produção) específico ou mais, que:

- sejam de uma volatilidade significativa

- representem uma parte significativa do montante total do contrato
- estejam identificados claramente na discriminação pormenorizada dos preços.

Por exemplo, a esses preços unitários do mapa das quantidades pode ser aplicada a fórmula monomaterial (mas não exclusivamente):

- betão armado (para materiais como o cimento e o aço)
- pavimento (para materiais como o betume)

O cálculo para a revisão dos preços unitários enunciados supra será efetuado mediante revisão dos preços dos respetivos materiais ou fatores de produção constantes da discriminação pormenorizada dos preços, de acordo com a seguinte fórmula:

$$p_n = p_0 \times \frac{Mat_n}{Mat_0} \times \frac{Tx_n}{Tx_0}$$

em que:

p_0 = Preço unitário do material (na discriminação pormenorizada dos preços) na data de referência

p_n = Preço unitário revisto do material (na discriminação pormenorizada dos preços) no mês «n»

Mat_0 = preço oficial de oferta ou índice pertinente do material em causa na data de referência

Mat_n = preço oficial de oferta ou índice pertinente do material em causa no mês «n»

Tx_0 = taxa de câmbio entre a divisa do indicador Mat_0 «C» e a moeda do pagamento do contrato «E» (nos termos do artigo 44.1) na data de referência:
1 C = Tx_0 E

As taxas de câmbio serão as publicadas no sítio web InforEuro, atualmente em http://ec.europa.eu/budget/index_en.cfm

Tx_n = a mesma taxa de câmbio no mês «n»: 1 C = Tx_n E

As condições especiais devem definir:

- a natureza do preço oficial de oferta ou índice pertinente;
- os valores de referência dos preços, índice e taxa de câmbio das divisas.

Para efeitos do presente contrato serão utilizados os seguintes índice e valores de referência:

Materiais	Mat (preço oficial de fornecimento ou índice pertinente)	Divisa do Mat	Mat_0	Tx_0
<Material 1>	<Indicar o preço oficial de fornecimento ou o índice pertinente e a fonte de publicação>	<Moeda do contrato/outra moeda>	<Indicar Mat_0 >	<Indicar Tx_0 >
<Material 2>	<Indicar o preço oficial de fornecimento ou o índice pertinente e a fonte de publicação>	<Moeda do contrato/outra moeda>	<Indicar Mat_0 >	<Indicar Tx_0 >
...		
<Material i>	<Indicar o preço oficial de fornecimento ou o índice pertinente e a fonte de publicação>	<Moeda do contrato/outra moeda>	<Indicar Mat_0 >	<Indicar Tx_0 >

Exemplo:

Fatores de produção	Mat (preço oficial de fornecimento ou índice pertinente)	Divisa do Mat	Mat ₀	T _{x0}
Cimento	Preços oficiais no país Y de 1 t de cimento, publicados na revista X	XOF	150 000 XOF	<Indicar T _{x0} >
Aço:	Índice do aço no país W publicado na revista Z	Divisa W	<Indicar Mat ₀ >	<Indicar T _{x0} >
...		

- b) A revisão proporcional será então aplicada ao montante de cada nota de pagamento intercalar, após dedução de qualquer montante devido para o reembolso do pré-financiamento:

$$P_n = P_0 \left(a + b \frac{E_n}{E_0} \times \frac{Tx_n}{Tx_0} + c \frac{Mt_n}{Mt_0} \times \frac{Tx'_n}{Tx_0} + d \frac{G_n}{G_0} \times \frac{Tx''_n}{Tx_0} \right)$$

em que:

P_n = montante da nota de pagamento intercalar após dedução de qualquer quantia devida para reembolso do pré-financiamento após revisão dos preços

P_0 = montante da nota de pagamento intercalar após dedução de qualquer quantia devida para reembolso do pré-financiamento antes da aplicação da revisão proporcional dos preços

E_0 = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do custo da mão de obra na data de referência>

E_n = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do custo da mão de obra no mês «n»>

Mt_n = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do fornecimento e da manutenção do equipamento na data de referência>

Mt_0 = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do fornecimento e da manutenção do equipamento no mês «n»>

G_0 = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do petróleo, gás, ou gasóleo na data de referência>

G_n = <Indicar o preço oficial ou o índice pertinente do petróleo, gás, ou gasóleo no mês «n»>

Tx_0 = taxa de câmbio entre a divisa do indicador selecionado «C» e a moeda do pagamento do contrato «E» na data de referência: 1 C = Tx_0 E

As taxas de câmbio serão as publicadas no sítio web InforEuro, atualmente em http://ec.europa.eu/budget/index_en.cfm

Tx_n = a mesma taxa de câmbio no mês «n»: 1 C = Tx_0 E

Os índices ou preços (E Mt e G) devem ser selecionados como os mais fiáveis entre os disponíveis. Considera-se que os índices acima indicados são definidos rigorosamente como no documento-fonte. A entidade de publicação e o título da publicação em causa devem ser também indicados.

O total dos coeficientes tem de ser igual a 1.

[Em geral, o coeficiente «a» médio da fórmula proporcional calculada para os projetos de construção rodoviária deve exceder 0,35.]

Os coeficientes a, b, c e d serão calculados com base na discriminação pormenorizada dos preços apresentada pelo contratante na sua proposta. O contratante terá de apresentar cálculos aritméticos claros para os coeficientes propostos.

Para evitar uma revisão dupla dos preços, o coeficiente «a» deve incluir a ponderação dos fatores de produção ou materiais a que se aplica a fórmula monomaterial.

- c) Não existirá um limiar de revisão;
- d) Se o contratante mudar o país de origem do seu material ou de outros componentes utilizados para a execução das obras, deve disso informar o supervisor, por escrito, no prazo de 30 dias, devendo este último modificar a fórmula para a revisão dos preços através da introdução dos índices do novo país de origem.

Artigo 49 Medição

49.1 [Indicar um dos três métodos seguintes para a medição da obra:

- (*) [O presente contrato é de montante fixo.

Os montantes devidos devem ser calculados <por exemplo: medindo a percentagem de trabalhos realizados em relação às quantidades fixas de cada rubrica da discriminação do preço global e aplicando essa percentagem ao preço global da rubrica correspondente >/<por exemplo: através das parcelas seguintes.... >.]

- (*) [Trata-se de um contrato por preços unitários.

<ou, no caso de um contrato híbrido, por exemplo:> Excetuados os montantes considerados globais no mapa das quantidades, trata-se de um contrato por preços unitários [<Ou, outro exemplo: >Excetuadas as rubricas < a identificar> , trata-se de um contrato por preços unitários.]]

- (*) [Trata-se de um contrato com controlo dos custos. (Indicar as informações que o contratante deve prestar ao supervisor e como deve fazê-lo).]]

Artigo 50 Pagamentos intercalares

50.1 < Indicar as modalidades práticas dos pagamentos intercalares. >

Artigo 51 Acerto de contas final

51.(1) e (2) [Consoante a prática no Estado da entidade adjudicante, podem ser incluídas as seguintes disposições:

51.1 O contratante deve apresentar ao supervisor um projeto do acerto de contas final ao pedir o certificado de receção definitiva. Para permitir ao supervisor a elaboração do acerto de contas final, o respetivo projeto deve ser apresentado com documentos comprovativos que indiquem pormenorizadamente o valor do trabalho executado de acordo com o contrato e quaisquer outras quantias que o contratante considere devidas por força do contrato.

51.2 O supervisor deve elaborar e assinar o acerto de contas final no prazo de 30 dias a contar da emissão do certificado de receção definitiva referido no artigo 62.

51.6 <Indicar aqui uma eventual derrogação.>]

[Em caso de gestão direta, aditar o seguinte artigo:

Artigo 53 Pagamentos em atraso

53.1 Em derrogação do artigo 53.1, das condições gerais, após o termo do prazo fixado no artigo 44.3, o contratante tem direito a juros de mora à taxa e pelo período indicado nas condições gerais.

Contudo, se os juros calculados em conformidade com o estipulado no primeiro parágrafo forem de montante inferior ou igual a 200 EUR, só serão pagos ao credor mediante pedido apresentado no prazo de dois meses a contar da data de receção do pagamento em atraso]

[se o período de responsabilidade contratual em caso de defeito não começar a contar na data da receção parcial, aditar o artigo seguinte.

Artigo 59 Aceitação parcial

59.3 O período de responsabilidade contratual em caso de defeito estabelecido no artigo 61 tem início em < indicar quando se inicia o período de responsabilidade contratual em caso de defeito>]

Artigo 60 Receção provisória

60.1 Em complemento do artigo 60.1 das condições gerais< indicar as modalidades de receção provisória. >

Artigo 61 Responsabilidade contratual em caso de defeito

61.1 O período de responsabilidade contratual em caso de defeito é o período, estipulado no contrato, imediatamente posterior à data da receção provisória, durante o qual o contratante deve reparar defeitos ou deficiências em qualquer parte da obra que possam revelar-se ou ocorrer durante esse período, de acordo com as instruções do supervisor ou da entidade adjudicante. Os direitos e obrigações das partes no que diz respeito a este período de responsabilidade contratual em caso de defeito encontram-se estipulados no artigo 61 das condições gerais.

[se necessário, acrescentar a seguinte obrigação:

Em complemento do artigo 61.1 das condições gerais < indicar as eventuais obrigações adicionais ao abrigo da garantia. >

61.6 < Indicar se os trabalhos de responsabilidade contratual em caso de defeito exigidos pelo desgaste normal devem ser executados pelo contratante. >

61.7 <Indicar se a duração do período de responsabilidade contratual em caso de defeito é inferior ao prazo máximo de 365 dias. Indicar as obrigações adicionais no âmbito da garantia, por exemplo, garantia comercial.>

<Indicar se a regulamentação normativa prevê um ou vários períodos obrigatórios e, se aplicável, o âmbito da responsabilidade do contratante para cada período.>

Artigo 68 Resolução de litígios

68.4 [Gestão indireta:

[FED:

Os litígios que possam surgir ou estar relacionados com o presente contrato, que não possam ser resolvidos de outro modo, devem:

(a) no caso de um contrato nacional, ser resolvido em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante; e

(b) Se se tratar de um contrato transnacional, ser resolvidos:

- i) em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante ou com as suas práticas estabelecidas no plano internacional, se as partes contratantes o aceitarem; ou
- (ii) por um processo de arbitragem em conformidade com as regras processuais de conciliação e arbitragem aplicáveis aos contratos financiados pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento, aprovadas pela Decisão n.º 3/90 do Conselho de Ministros ACP-CEE, de 29 de março de 1990 (JO L 382 de 31.12.1990) (anexo A12 do Guia Prático.) <Anexar o anexo A12 do guia prático ao presente contrato>]]

A competência conferida pela presente cláusula é exclusiva, estando expressamente excluída qualquer competência ao abrigo de um tratado bilateral ou multilateral de investimento ou das regras do ICSID (Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos).

Artigo 72 Proteção de dados

[A secção seguinte deve ser incluída em caso de gestão indireta.]

[Para efeitos do artigo 72.º das condições gerais, para a parte dos dados transferidos pela entidade adjudicante para a Comissão Europeia:

(a) O responsável pelo tratamento dos dados pessoais efectuado na Comissão é

[Para a DG INTPA, o chefe da unidade de assuntos jurídicos da DG Parcerias Internacionais].

[Para a DG NEAR, o chefe da unidade de contratos e finanças R4 da DG Vizinhança e Negociações de Alargamento]] [Para qualquer outra DG <por favor, acrescente a função do seu responsável pelo tratamento >.]

(b) a declaração de privacidade está disponível em

<https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/Annexes> .

[1. [O tratamento de dados pessoais relacionados com o presente concurso pela entidade adjudicante é efetuado em conformidade com a legislação nacional do Estado da entidade adjudicante e com as disposições da respetiva convenção de financiamento.

2. Na medida em que o contrato abranja uma ação financiada pela União Europeia, a entidade adjudicante pode partilhar com a Comissão Europeia comunicações relacionadas com a execução do contrato. Esta transmissão à Comissão deve ser efetuada exclusivamente com o objetivo de permitir que esta última exerça os seus direitos e obrigações ao abrigo do quadro legislativo aplicável e da convenção de financiamento com o país parceiro — entidade adjudicante. A transmissão pode incluir a transferência de dados pessoais (tais como nomes, dados de contacto, assinaturas e CV) de pessoas singulares envolvidas na execução do contrato (como contratantes, pessoal, peritos, estagiários, subcontratantes, seguradoras, garantes, auditores e consultores jurídicos). Nos casos em que o contratante procede ao tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, deve informar as pessoas em causa da possível transmissão dos seus dados à Comissão. A Comissão procede ao tratamento dos dados pessoais que lhe possam ser transmitidos em conformidade com o Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE² e tal como indicado na declaração de privacidade específica publicada em ePRAG.]

Artigo 73 Cláusulas adicionais

<Acrescentar outras cláusulas aprovadas pelos serviços competentes da Comissão. >

² JO L 205 de 21.11.2018, p. 39.

[Se necessário e após ter obtido a aprovação/derrogação prévia dos serviços competentes:

São aplicáveis as seguintes condições ao contrato:

Em derrogação do artigo...]

* * *